

O pedido de fiscalização da constitucionalidade do Orçamento do Estado para 2012 vai ser entregue hoje, por deputados socialistas e pelo Bloco de Esquerda, no Tribunal Constitucional (TC). Ontem, a direcção parlamentar do PS não disfarçou o incómodo com a iniciativa levada a cabo por alguns deputados da bancada. Carlos Zorrinho foi claro: “O PS demarca-se totalmente desta iniciativa”.

A comunicação do líder parlamentar foi feita meia hora depois de o socialista Vitalino Canas anunciar que já tinha recolhido as 23 assinaturas necessárias para levar o Orçamento ao Tribunal Constitucional. Uma fonte do PS considerou lamentável, em declarações ao *Í*, que “alguns deputados se associem ao Bloco de Esquerda, que foi um dos partidos que mais violentamente criticou o governo de José Sócrates”.

Mas nos últimos dias o grupo de deputados socialistas, liderado por Vitalino Canas, Alberto Costa e também Isabel Moreira, trocou mesmo impressões com o Bloco sobre os argumentos a utilizar perante o Tribunal Constitucional. Ou seja, o documento final (que tem oito páginas) conta com o contributo dos bloquistas. Questionado sobre se esta iniciativa pode criar divisões no PS, Vitalino Canas disse que “o importante é que a Constituição não abra nenhuma brecha”.

O ex-porta-voz do PS frisou que a elaboração do requerimento que hoje leva ao TC foi “um processo bastante participado”, mas rejeitou divulgar os nomes dos subscritores do documento. Pouco depois destas declarações, o líder da bancada do BE, Luís Fazenda, veio defender que os cortes nos subsídios de férias e de Natal violam “gravemente” a Constituição e anunciou a adesão dos deputados bloquistas à iniciativa que teve origem na bancada socialista. Já o PCP ainda não decidiu se vai assinar o requerimento, mas se o fizer terá apenas um significado simbólico, já que as assinaturas recolhidas são suficientes para que o Tribunal Constitucional possa avaliar o Orçamento do Estado para 2012 (eram necessários um décimo dos deputados).

No requerimento os deputados argumentam que os cortes dos subsídios de férias e de Natal violam “o princípio da igualdade”, no caso dos funcionários públicos, e o “princípio da confiança” em relação aos pensionistas. Uma das preocupações dos deputados que elaboraram o documento – com o apoio de juristas e constitucionalistas – foi fazer uma distinção entre os cortes previstos no Orçamento para o próximo ano e os que foram feitos nos ordenados dos funcionários públicos, nos tempos de José Sócrates, e que o Tribunal entendeu não violarem a Constituição, depois do Bloco ter pedido a fiscalização sucessiva da constitucionalidade.

O texto recorda ainda as declarações de Passos Coelho, quando estava na oposição, a dizer que seria “um disparate” cortar o 13.º mês aos portugueses, bem como a promessa de que qualquer ajustamento seria feito por via dos impostos e não através de “medidas que afectem as pensões ou as reformas”. Ontem, Vitalino Canas não quis avançar um prazo para o TC publicar uma decisão (não existe um prazo fixado na lei). “Apenas esperamos que o Tribunal Constitucional cumpra as suas competências, pronunciando-se sobre este requerimento. O prazo que demorará, o tipo de decisão, isso já compete ao Tribunal Constitucional decidir.”, disse o socialista, numa conferência de imprensa em que marcou presença a deputada independente Isabel Moreira.

O desfecho deste processo abre mais uma ferida na bancada do PS. Apesar da direcção do grupo parlamentar demonstrar a oposição a esta iniciativa, houve um grupo de deputados do PS que foi até ao fim.

Luís Claro | i-online | 19-01-2012